

continuação ➡

9. Fornecedores:

	2025	2024
R.A. Plantio Florestal Ltda.	241.771	241.771
Nutritiva Agro Comercio De Fertilizantes Ltda.	235.808	-
GN Empreendimentos Florestais Ltda.	169.763	169.763
D & N Florestal Plantando O Futuro Ltda.	116.058	116.058
Casa do Adubo S.A.	77.220	-
Demais fornecedores	47.213	68.051
União Comercial Barão S.A.	39.216	61.277
Actual Contabilidade SS	36.126	-
Aranha & Salomão Ltda.	13.000	24.000
Cerplan Obras e Locações Ltda.	-	200.000
Alvorada Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.	-	190.000
Agroflorestal Terra Flora Ltda.	-	168.300
Ciarama Insumos Ltda.	-	145.000
Futuragro Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda.	-	79.436
Flavio da Silva	-	44.800
Geriza Participações e Empreendimentos Ltda.	-	17.200
J.A. Chemical Ltda.	-	14.850
Provisão fornecedores (Mão de Obra Aplicada)	-	124.560
	976.175	1.665.086

10. Obrigações tributárias:

	2025	2024
ISS a recolher	3.442	113.760
IRRF a recolher	11.273	5.900
Demais impostos a recolher	34.945	16.471
	49.660	136.131

11. Contingências:

A Companhia, no curso normal de sua atividade, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das

obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, os valores são provisionados. Para o exercício findo em 31/12/2025, com base nos assessores jurídicos não há provisão a ser ajustado e/ou divulgadas (em 31/12/2024, o mesmo). 12. Partes relacionadas:

A Administração identificou como partes relacionadas à Companhia outras empresas ligadas aos mesmos acionistas da Companhia, seus administradores e demais membros chave da Administração e seus familiares, conforme definição do CPC 5 (R1) – Divulgação sobre partes relacionadas:

	2025	2024
Claritas Administração de Recursos Ltda.	3.132	2.857
	3.132	2.857

Remuneração de pessoal-chave da Administração:

Em 31/12/2025, a Companhia não possui remuneração do pessoal-chave da Administração (em 31/12/2024, o mesmo), tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho, salários, honorários e benefícios variáveis. 13. Patrimônio líquido: Capital social: O Capital social integralizado da Companhia em 31/12/2025 é de R\$ 247.365.400, representados por 260.005.400 ações (em 31/12/2024, R\$ 222.755.400, representados pela mesma quantidade de ações). Em 31/12/2025 a Companhia possui capital social a integralizar no montante de R\$ 12.640.000 (em 2024, R\$ 37.250.000).

14. Despesas gerais e administrativas:

	2025	2024
Despesas contábeis	(280.482)	(273.215)
Impostos e taxas	(490.558)	(115.864)
Manutenções	(74.783)	(723.760)
Outras despesas gerais e administrativas	(14.926)	(37.153)
Serviços	(6.160)	(8.299)
Viagens e deslocamento	(808)	(32.173)
Depreciações	(118.963)	(221.937)
Reversão de perdas	2.865	1.177.250
Perda efetiva de créditos	-	(1.141.250)
Perda estoque	-	(690.539)
	(983.815)	(2.066.940)

15. Resultado financeiro:

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.001	-
Impostos sobre receitas financeiras	(93)	-
	1.908	-
Despesas financeiras		
Juros pagos	(3.922)	(4.311)
Multas	(3.568)	(8.304)
Tarifas bancárias	(3.825)	(7.348)
	(11.315)	(19.963)
	(9.407)	(19.963)

16. Gestão de riscos:

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores. O principal propósito desse passivo financeiro é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui adiantamento a fornecedores, depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de taxas de juros, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são adiante comentados: a) Risco de taxa de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição ao risco a que a Companhia estaria sujeita às mudanças nas taxas de juros de mercado nas obrigações de longo prazo, desde que essas flutuações se sujeitassem a taxas de juros variáveis e correção monetária vinculada a índices. b) Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros. Não há risco de crédito em relação a clientes porque a Companhia, dentre suas finalidades sociais, não concede créditos a quaisquer associados e/ou partes relacionadas que lhe exponha ao risco de não receber créditos. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Com-

panhia e o risco é minimizado na alocação de recurso com empresas de primeira linha e de grande porte. c) Risco de liquidez: O risco de liquidez decorre das decisões da Administração da Companhia, do capital de giro e dos encargos financeiros e amortização do principal dos instrumentos de dívida. É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações financeiras, conforme elas vençam. A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente, analisando e projetando as entradas e saídas de recursos de curto prazo, avaliando sempre novas formas de financiamento caso ocorram erros nas projeções desses recursos de giro. Todavia, não há contratações de empréstimos e financiamentos para alavancar o capital de giro e parte significativa das obrigações da Companhia junto a fornecedores e demais contas a pagar estão adequadas ao fluxo de caixa, além do que não se sujeitam a encargos financeiros, o que mitiga o risco de liquidez. 17. Instrumentos financeiros e operações com instrumentos derivativos: Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros registrados nos balanços – disponibilidades, créditos operacionais, fornecedores, partes relacionadas, obrigações e adiantamentos – se aproximam substancialmente de seus correspondentes valores justos e/ou de realização, tendo sido todos contratados e/ou contraídos em condições normais de negociação no mercado. No entanto, a Companhia não era titular de créditos e obrigações, em 31/12/2025, cujos valores estivessem sujeitos ou fossem contratados a variações por taxas de câmbio. Não havia, também, nos encerramentos daqueles exercícios, quaisquer posições em instrumentos derivativos e/ou outros ativos e passivos sujeitos a riscos cambiais em nome da Companhia. Ademais, nos referidos exercícios, não foram aplicados recursos em operações cambiais e/ou com naturezas ou características semelhantes, tendo ou não por objetivo a especulação financeira.

A DIRETORIA

Rodrigo García Ruiz e Nelson Ignacio Katz – Diretores

Roberto Zambon – Contador – CRC nº 1SP 254951/0-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Grandis Agroflorestal S.A., São Paulo –SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Grandis Agroflorestal S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do balanço patrimonial, resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grandis Agroflorestal S.A., em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar

nossa opinião. Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campo Grande, 22/07/2026.

BDO RCS

Auditores Independentes SS Ltda.

CRC 2 SP 013846/0-1

José Martins Alves

Contador

CRC 1 MS 9938/0-0 – S – SP

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 20/08/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

